

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

Frederico Augusto Barbosa da Silva*

Resumo: O pensamento econômico de Celso Furtado é marcado pela ideia da existência das insuficiências dinâmicas da economia nacional brasileira para a integração sistêmica das populações e territórios nos benefícios do desenvolvimento. Considerou-se aqui, como pano de fundo teórico, a tese das heterogeneidades estruturais e das diferenças de produtividade nos vários segmentos econômicos distribuídos territorialmente. A partir dela pode-se descrever a presença de variados dinamismos locais sem o pressuposto de que haja a disseminação dos benefícios de desenvolvimento de forma homogênea para o conjunto da população. Esse trabalho dialoga brevemente com os conceitos de Desenvolvimento e Cultura de Celso Furtado e tenta descrever, através de indicadores selecionados, as desigualdades do desenvolvimento cultural. Os indicadores permitem uma reflexão de conjunto a respeito das relações entre cultura e desenvolvimento e de sua distribuição territorial. O Indicador de desenvolvimento humano (IDH) é composto por três indicadores (um econômico e dois sociais) e o Indicador de desenvolvimento da economia da cultura (IDECULT) municipaliza indicadores de dinâmica de mercados de trabalho cultural e de consumo das famílias. Dessa forma, depois de descrever o campo da economia da cultura através de números para o acesso a bens, mercado de trabalho e consumo, se elaborou representações gráficas– Mapas – que contrastam visualmente a presença do desenvolvimento humano e do desenvolvimento da cultura nos municípios brasileiros. Certamente pode-se falar de desenvolvimento cultural em termos gerais e nacionais, mas os indicadores nos dizem que a questão é mais complexa e que o fenômeno deve articular-se com a dimensão territorial e local.

Palavras-chave: cultura; desenvolvimento; indicador de desenvolvimento da economia da cultura.

* Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Professor de Políticas Públicas e Pensamento Social Brasileiro no Programa de Mestrado e Doutorado do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB).

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

Abstract: Celso Furtado's economic thought is characterized by the idea of having insufficiencies in the dynamic Brazilian national economy for systemic integration of populations and territories in the benefits of development. It was considered here as theoretical background, the thesis of structural heterogeneity and differences in productivity in a number of economics sectors distributed territorially. From there, one can describe the presence of several local dynamics without presuppose that the benefits of development are evenly spread to the entire population. This paper briefly converses with Celso Furtado's concepts of Development and Culture and tries to describe, through selected indicators, inequalities of cultural development. Indicators allow a discussion about the overall relationship between culture and development and their territorial distribution. The Human Development Indicator (IDH) is composed of three indicators (one economic and two social) as well as the indicators of dynamic cultural labor markets and household consumption in the municipalities composes the Indicator of Culture Economic Development (IDECULT). Thus, after describing the field of economic of culture through numbers to access goods, labor market and consumption, is produced graphical representations-maps - that contrast visually the presence of human development and the development of culture in the municipalities. Surely, one can speak of cultural development in general and national, but the indicators tell us that the issue is more complex and that the phenomenon should link with the territorial dimension and location.

Key Words: culture; development; indicator of economic development of culture.

1 - Introdução

Esse trabalho carrega uma intenção implícita que é a de estabelecer diálogos com o pensamento econômico a respeito do desenvolvimento e das suas relações com a cultura. Um dos autores mais recorrentemente referidos nesse campo de questões no Brasil é Celso Furtado. Na verdade, pelo menos na nossa interpretação, o autor não traz em seus trabalhos uma reflexão específica e precisa a respeito da cultura em suas relações com as políticas públicas e com o desenvolvimento; as conexões que o autor propõe são genéricas, embora tenham um solo em pressupostos, imagens e intuições muito próprios a um programa de reflexões e pesquisas no campo da economia e do desenvolvimento cultural.

A seção 2, inicial, desenvolve e explicita- algumas das inspirações relacionadas a Celso Furtado: a) o desenvolvimento é integral e incorpora a cultura como dimensão; b) a cultura tal qual o desenvolvimento refere-se a totalidades que equilibram componentes tanto econômicos, quanto políticos e sociais. O que associa tudo isso em uma unidade é o imaginário do desenvolvimento nacional, ou melhor, a ideia de Nação que é uma referência ideológica no pensamento do autor, aliás, é uma referência obrigatória no pensamento social brasileiro, tanto na economia normativa, quanto na sociologia normativa; c) Tão importante quanto a ideia de Nação é aquela que afirma serem os processos econômicos e culturais criativos e dinâmicos. Essa imagem traz consequências profundas para as análises econômicas e culturais, especialmente aquelas relacionados aos estilos culturais do desenvolvimento e os que relacionam tradição e mudança social d) o desenvolvimento com justiça social é um dos nortes do pensamento de Furtado, embora essa visão normativa seja traduzida em termos de teoria econômica; a seção 3 apresenta os indicadores sociais que permitirão a mediação do nosso diálogo com Furtado. O pensamento econômico desse autor pressupõe relações entre agregados econômicos: população, território, investimento, consumo, tecnologia e mercado de trabalho. Alguns conceitos relacionam esses agregados, especialmente a ideia de heterogeneidade estrutural, explicado, em parte pelas diferentes produtividades das economias periféricas e tendo como consequência a desigualdade das distribuições de renda entre segmentos produtivos; segue-se desses fatores, a forte informalidade no mercado de trabalho, a exclusão de imensos contingentes populacionais dos benefícios do desenvolvimento e também as desigualdades territoriais. Além disso, há frações da população com forte capacidade de consumo baseada em pautas construídas pelas sociedades desenvolvidas. Essa característica pode ser entrevista nas fortes desigualdades no consumo cultural.

2. Desenvolvimento e cultura

O desenvolvimento cultural pode ser conceituado como o conjunto de transformações que permitem a ampliação das atividades culturais, da interculturalidade e do reconhecimento da diversidade. O desenvolvimento cultural está inscrito na malha conceitual da democracia cultural. A democracia cultural, por sua vez, diz respeito ao conjunto de processos de distribuição de bens, oportunidades, participação na criação e nos processos de decisão nas políticas e nas políticas públicas culturais. A associação entre desenvolvimento e democracia cultural implica a realização do experimento democrático em todos esses níveis: político, econômico e simbólico. As políticas culturais articulam discursos, objetivos e ações em torno de valores últimos, enquanto as políticas públicas traduzem-nos em termos de instrumentos de ação.

O campo semântico da democracia cultural se irradia aos processos contínuos de desenvolvimento. Essa irradiação significa a referência a processos de

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

crescente melhoria das condições de vida, reconhecimento de que formas alternativas de vida e cultura devem ser respeitadas em sua dignidade, inclusive pela contribuição potencial ao desenvolvimento e seus estilos, bem como pela convergência aos valores de convívio, tolerância e interação dos diferentes, ou seja, para o próprio objetivo do desenvolvimento cultural, a interculturalidade.

O principal componente associado ao desenvolvimento é o dinamismo. O desenvolvimento implica em mudanças nas formas de vida e nos modos de saber e fazer. Implica em criatividade tecnológica e impacta nas maneiras tradicionais de viver. Pode-se dizer que tem componentes materiais relacionados às capacidades das economias em acumular capital e depois realizá-lo, através dos consumos. Obviamente articula essa realização nos mercados de bens, nos mercados de trabalho e de tecnologia. Entretanto, o desenvolvimento também se relaciona com elementos imateriais, especialmente a criatividade, que permite atualizar formas de tecnologias e modos de fazer.

Como se vê, o desenvolvimento tem âncora forte na economia e na dimensão das capacidades simbólicas das sociedades. Pode-se agregar que essas são articuladas pelo espaço da política que tem capacidade de relativa determinação das regras de referência para a estruturação das condições de investimento e consumo. Não discutiremos aqui as possibilidades dos investimentos serem predatórios e do consumo significar disposições voltadas ao supérfluo. Registramos o potencial do conceito do desenvolvimento significar qualidade de vida e estar associado com os dinamismos da cultura, seja na forma de sua diversidade e múltiplas tradições ou na formação de mercado de trabalho e consumo. Esses elementos contribuem para o desenvolvimento.

A cultura, por sua vez, abrange todas essas dimensões. Não há economia ou política sem orientações valorativas. Para efeito de medidas, pode-se isolá-la, para medir suas contribuições ao consumo e na formação dos mercados de trabalhos nacionais e regionais. Entretanto, as relações entre cultura, economia e desenvolvimento são problemáticas, inclusive porque são complexas e não lineares.

Muitas críticas foram lançadas às relações entre cultura e desenvolvimento. Uma das críticas é que seriam os sistemas culturais, muitas vezes, refratários ao desenvolvimento. Os sistemas de crenças impediriam certos comportamentos próprios ao desenvolvimento, a exemplo das disposições criativas, à poupança e ao trabalho que estariam ausentes no contexto de algumas sociedades ou grupos. Possivelmente essas assertivas são verdadeiras em alguns quadros conceituais específicos e seriam explicativos para sociedades singulares. Para nós elas não fazem sentido. Para nós as tradições culturais implicam em diálogos entre presente, passado e projetos sociais. Não são estáticas por princípio, mas implicam em forte interpenetração entre o atual e o potencial. Obviamente, essa asserção teórico-normativa não resolve o problema empírico da presença de

conteúdos culturais mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento em situações singulares. A nossa assertiva é que cultura e desenvolvimento são interdependentes e carregam historicidade, isto é, mudam de contexto a contexto e de tempo a tempo.

A questão de ser ou não a cultura um obstáculo ao desenvolvimento é, antes de tudo, uma questão empírica: a cultura pode ser concebida como uma variável que se relaciona com outros processos sociais, políticos e econômicos, resistente, às vezes, convergente com processos relacionados ao poder político ou aos dinamismos dos mercados. Também pode ser tomada como parte de fenômenos mais amplos, que vai se relacionando com os campos institucionais, modificando e sendo configurada por opções dadas pelas forças sociais. Como variável, a cultura pode convergir ou divergir para os processos de mudança social. A cultura causa (“a cultura modifica a política”, por exemplo) e sofre as consequências (“a cultura sofre os efeitos da massificação e a força da lógica dos mercados”). Como componente estrutural, deve ser descrita como parte de fenômenos totais e da dialética entre permanências e mudanças. Nesse sentido, não há política ou economia que não tenha, na sua lógica, interna elementos simbólicos, crenças, valores, etc. Não há dimensão da vida que não seja suportada por elementos materiais.

O desenvolvimento é fenômeno total, significando maior e melhor acesso aos bens primários e maior qualidade nas condições de vida. Também pressupõe que número cada vez maior de pessoas sofre impactos positivos e são tocadas pelo fenômeno do desenvolvimento de recursos sociais globais, podendo preencher seus vínculos de afetividade, amizade e solidariedade. Portanto, o desenvolvimento é não apenas um conceito descritivo, ele implica em aspectos fortemente normativos. Como conceito descritivo o desenvolvimento pressupõe a ideia de fenômenos que se apresentam em diferentes formas empíricas e implica em opções civilizatórias variadas. Como conceito normativo, pressupõe a ideia de distribuições equitativas de recursos, melhoria das condições objetivas de existência, das possibilidades de igual tratamento às pessoas e igual respeito às suas opções no que tange às escolhas que fazem sobre como querem viver. Não há desenvolvimento quando os recursos são distribuídos de forma assimétrica ou quando há exclusões sociais. Pode-se formular, ainda, de outra forma: as transformações podem implicar em desenvolvimento com equidade ou sem equidade. No primeiro caso, tem-se desenvolvimento, no segundo, não. Tendo isso em consideração, esse trabalho descreve o comportamento de agregados da economia da cultura, relacionando-os à questão da equidade de acesso e da distribuição territorial dos dinamismos econômicos.

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

2.1 Outro olhar para a cultura e o desenvolvimento: o pragmatismo¹

O desenvolvimento é um fenômeno total. A cultura também o é. A separação entre cultura e arte corresponde a pressupostos históricos, muitos específicos, ligados a processos coloniais, quando a arte se separa por processos de racionalização dos fenômenos religiosos e tradicionais, para servir de fundamento à distinção hierarquizante entre sociedades tradicionais e civilizadas. Faz parte de dispositivos de poder demarcados historicamente e que são universalizados como categorias do pensamento. Como tal, a separação entre arte e cultura serve como visão de mundo e, simultaneamente, como parte de técnicas de reorganização das instituições; isto é, como sistema de classificação, junta, separa e encadeia formas de ver, e também vai desenvolvendo campos autonomizados e institucionalizados de produção simbólica. Na verdade, a separação entre esses campos é um instrumento de política. Enfim, a separação envolve um sistema de classificação que tem consequências políticas. Não há sentido em separar arte e cultura, como não fez sentido separar desenvolvimento e cultura. Não há nada que disponha a arte como experiência de um lado e a cultura como experiência de outro. Então, quais seriam os objetos das políticas culturais? Como relacioná-los com o desenvolvimento?

O pragmatismo tem várias formas e alguns elementos em comum. Por economia assinalamos a inspiração que nos interessa. Longe de definir as práticas culturais em sua suposta objetividade e formalidade, independente, portanto, dos valores definidos e construídos socialmente, o pragmatismo considera que o objetivo final das experiências estéticas e simbólicas é o enriquecimento da experiência social. Afirma, portanto, “a concepção segundo a qual os objetos possuiriam valores fixos e inalteráveis constitui precisamente o preconceito do qual a arte nos emancipa” uma vez que na “obra de arte a prova do pudim esta decididamente no fato de comê-lo, e não numa regra *a priori* ou num princípio crítico qualquer”².

A concepção pragmatista fundamenta-se em pelo menos três premissas: as artes e a cultura proporcionam experiências vivas, mais do que a apreciação estática de objetos estáticos. Rompe com a dominância de uma concepção “museológica” da vida cultural, cuja preocupação excessiva dirige-se às obras consagradas e às belas artes. Mais do que isso, não admite tratar objetos e referências culturais através de sistemática descontextualização. Em segundo lugar, ao se pensar a vida cultural como experiência, deslocamos o valor da arte,

¹ Barbosa da Silva, F. *Imagens na Pedra: políticas culturais no Brasil*, Tese de Doutorado, SOL/UnB, Brasília, 2000

² Shusterman, R. citando John Dewey em “Vivendo a arte – o pensamento pragmatista e a estética popular”, Editora 34, SP, 1998, pg. 249,

passando a considerá-la como parte dos recursos internos das pessoas, ou como capacidades humanas. Estes conceitos são muito mais amplos do que a consideração da cultura em seus valores de utilidade, comércio e especulação capitalista, ou mero entretenimento, como é corrente em muitas práticas de política cultural e preservação patrimonial, pois os valores não são bens passíveis de posse e alienação. Por fim, em terceiro lugar, considera os processos culturais e seus significados em seus contextos complexos, histórica e socialmente situados. O espaço dos valores e das representações, articula-se de forma densa com padrões de ação e com instrumentos institucionais (vimos esses elementos na ideia de política como paradigma).

A arte e a cultura concebidas como experiência nos ajudam na solução do impasse entre estas dicotomias todas, pois importa menos que campos definidos imponham seus valores especializados, do que os valores tenham circulação ampla e sejam passíveis de serem usufruídos, vividos e desfrutados como experiências culturais. A cultura e a experiência estética são experiências intensas que configuram o artefato, o artista e o público. Obra, produção e recepção são partes de um sistema. Cultura erudita/popular, apreciação estética interessada/apreciação desinteressada, atitude receptiva/atitude produtiva são momentos necessários e complementares. A ideia de indústria cultural sintetiza mais uma faceta da ideia de arte como experiência. Ela é capaz de anular a dicotomia entre produção/recepção, ampliando e democratizando as experiências culturais, já que sua cultura torna-se acessível como possibilidade a qualquer leitor, espectador ou praticante, em qualquer lugar.

É razoável acreditar que os significados de outras culturas não possam ser vividos por qualquer um, em qualquer tempo; a experiência é sempre, pessoal, embora pública, datada e localizada; entretanto, a cultura pode ser pensada como *poésis*, como fazer e produção, conceito capaz de reunir as habilidades humanas e suas capacidades socialmente construídas em virtude das necessidades humanas de fruição, conhecimento e autorrealização. Mais do que isso, as experiências culturais podem ser pensadas em sua pluralidade e multiplicidade, como um repertório de possibilidades humanas disponíveis e potenciais, distribuídos pelos diversos segmentos sociais. Na mesma cadência, devemos reconhecer que o Estado é um dos agentes de uma ampla rede de produção e circulação simbólica, não deveria, portanto, valorar e nem consagrar um bem em detrimento de outros. Todavia, os valores que mobiliza são negociados entre os diversos atores envolvidos. Agora a cultura pode ganhar valor utilitário, valor econômico, exigir a pureza estética, o valor pode estar fundado em identidades coletivas.

Nesse contexto, as possibilidades da concepção pragmatista em liberar o conceito de cultura da ideologia elitista e utilitarista são muito evidentes. A reintegração da cultura na vida cotidiana implica em remanejamentos conceituais das práticas institucionais que até agora preservaram as artes maiores e seus

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

produtos como parâmetros ideais de controle da legitimidade cultural. Acreditamos que além de não fazer sentido limitar os parâmetros culturais ao que se convencionou chamar de belas-artes, também não faz sentido idealizar o passado como objeto de valorização em detrimento do que se produz no presente. Richard Shusterman faz uma afirmação sobre a arte que gostaríamos de utilizar: “Ao definir a arte como prática determinada por uma narrativa histórico-artística, todas as decisões substanciais em relação a que faz o valor da arte (ou na arte) são entregues às decisões internas da prática, tais como são vistas pela história da arte”³ Insistimos em um ponto: as práticas não podem ser totalizadas, são simplesmente práticas, dispersas e locais; unificadas apenas do ponto de vista simbólico, mal se esconde que se desdobram no espaço das singularidades e das diferenças.

Fazemos mais um movimento, agora no sentido do conceito de cultura, agora constitucionalizado. Com a Constituição Federal de 1988, as referências e sentidos da cultura mudaram. É um desafio de igual tamanho relacioná-las com os direitos humanos, tratá-las como no duplo registro da experiência social e da política pública. A dinamização e proteção da cultura como conjunto plural de experiências locais, móveis, fluidas, em mutação perpétua, só terá chance de êxito se articular o campo dos valores com o campo das instituições de políticas públicas e da história social no quadro de uma intensa rede de trocas e reconhecimento entre os atores em campo. A CF permitiu a tradução da cultura nos quadros dos valores e políticos da democracia, da equidade e do quadro de realização de valores humanos. Desenvolvimento cultural significa o conjunto de transformações socioeconômicas e culturais que permitem a distribuição de recursos simbólicos de forma equitativa e segundo necessidades de autoformação, reconhecimento do próprio valor e das escolhas de modos de vida realizadas. Ao se tomar o desenvolvimento nesse sentido, recusa-se a ideia de desenvolvimento material de um lado e o simbólico e estético de outro. Desenvolver significa produzir condições para vidas melhores, mais saudáveis e esteticamente ricas.

Políticas culturais devem abranger a complexa produção simbólica também como fenômeno total. As artes e a diversidade cultural se relacionam de forma complexa com as comunidades tradicionais, com culturas populares e com as culturas formadoras, com as formas culturais urbanas e com as possibilidades de sociabilidade (famílias, grupos, categorias, camadas, classes sociais, bairros, cidades etc.). Os conteúdos estéticos mantêm interdependências com as possibilidades oferecidas pelas artes como formas de expressão, autoformação e configuração de identidades. A ética mantém relações estreitas com o potencial de

³ Shusterman, R. Vivendo a arte – o pensamento pragmatista e a estética popular, Editora 34, SP, 1998, pg. 33.

diálogo entre formas de cultura e suas traduções políticos-institucionais. O tempero a dar sabor a isso tudo é a ideia de *hibridização*.

Não há fronteiras claras e rígidas entre a estética e a ética, entre as artes sublimes e populares; entre as indústrias que padronizam e achatam valores igualizando-os e as singularidades que os diferenciam. No entanto, falar de políticas públicas significa falar de instrumentos e de atingimento de objetivos. Por mais subjetivos que possam ser os alvos, eles devem ser medidos e ponderados. Os indicadores fazem um grande sucesso nesse sentido, embora apresentem limites como medida de fenômenos complexos e como descritores de processos.

2.2 Indicadores: a ponta do iceberg⁴

Em geral, os indicadores de desenvolvimento limitaram-se a medidas da dimensão econômica do fenômeno e só começaram a ser revistos nas décadas de 1980/90, com as propostas de Mahbul ul Huq e Amartya Sen⁵. Essa revisão seguiu as reflexões a respeito das relações entre “sustentabilidade ambiental e desenvolvimento”, “cultura e desenvolvimento”, mas, especialmente, resultou da reconsideração das relações entre “desenvolvimento e qualidade de vida”, iniciada nas décadas anteriores (1960/70). Essa elaboração do pensamento e de instrumentos de medida derivou da crise pela qual passavam os sistemas de produção dos países desenvolvidos, e os demais países, em decorrência das suas formas de dependência em relação aos dinamismos globais das economias. Os dois autores, entre outros, propuseram a complementação dos indicadores econômicos por outros, relacionados ao bem-estar social, notadamente às condições de educação e saúde.

A ideia chave era de que o desenvolvimento implicaria a qualidade das distribuições do crescimento econômico e não apenas na sua quantidade. E essa não poderia depender apenas dos mercados, em geral hostis ou insensíveis a essas distribuições. O desenvolvimento implicaria em valores morais relacionados à oportunidade de viver uma vida saudável, adquirir conhecimentos e outros recursos necessários para desfrutar uma vida decente. Aos poderes públicos seria atribuído um papel na criação dessas oportunidades. No caso do desenvolvimento cultural, sua promoção pressuporia o conhecimento fornecido por indicadores específicos relacionados à distribuição, acesso e valorização da diversidade, sem desvinculá-los das dimensões políticas, econômicas e de modelos interpretativos. Ao final do trabalho, expõem-se algumas das premissas que permitiram escolher os elementos próprios à descrição; no momento, por economia de exposição,

⁴ Esta seção é versão ligeiramente modificada da seção de Barbosa da Silva, F. A. & Araújo, H. E.

⁵ Sen, A. *Desenvolvimento como liberdade*, Cia das Letras, SP, 2002.

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

apresentam-se indicadores econômicos e sociais com seus limites conceituais e técnicos; escolheu-se os indicadores centrais para o argumento, aqueles que permitem diálogos com variados conceitos de desenvolvimento, inclusive com o de desenvolvimento cultural.

Há que se registrar que existem inúmeros outros indicadores que permitem se tratados e interpretados em um quadro de conjunto, estabelecer não apenas a reflexão, mas também a medida de processos socioeconômicos. Como exemplo, podemos citar como os indicadores de pobreza, taxas de educação, renda, desemprego etc. Finalmente, também é necessário explorar as potencialidades interpretativas das variações temporais e das relações teóricas e estatísticas entre os indicadores. A escolha aqui foi apresentar os indicadores, insinuando a complexidade que envolve não apenas seus usos, mas os fenômenos por eles apontados. No quadro 1, apresentam-se os conceitos dos indicadores do PIB, PIB/per capita, IDH e IDECULT. O mais importante aqui é assinalar suas potencialidades e limitações. As seções que se seguem a essa desdobram os indicadores em alguns dos seus componentes: acesso a bens culturais, dinâmica dos mercados de trabalho e do consumo cultural, que são aqueles que se ligaram, direta ou indiretamente, ao Indicador de desenvolvimento da economia da cultura – IDECULT - 2000. Ao final, esses indicadores são representados em Mapas. Então, apresentaremos os indicadores de mercado de trabalho cultural, IDECULT e IDH de forma territorializada.

Quadro 1: Indicadores de desenvolvimento e seus limites

Indicador	Conceito	Problemas
PIB	O Produto Interno Bruto (PIB) é o somatório dos serviços e bens produzidos num período e numa dada região. Tem expressão monetária e indica a intensidade das atividades econômicas representando o crescimento econômico.	Limita-se ao que é produzido dentro das fronteiras de uma região, sem determinar os destinos da riqueza produzida. Descarta as entradas e saídas de recursos do e para o exterior. Não capta as atividades informais. Atualmente o cálculo do PIB considera 110 produtos e 56 atividades econômicas (antes eram 80 produtos e 43 atividades econômicas).
PIB		

/per capita	<p>O PIB per capita é o somatório dos serviços e bens dividido pela população, num período e região;</p>	<p>As mesmas dos PIB; Supõe “fechamento” das populações e por isso deve ser usado com cautela em recortes territoriais menores e mais abertos demograficamente, como é caso dos municípios</p>
H ID	<p>O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o desenvolvimento humano, não apenas pelo critério econômico da renda per capita, mas pela ponderação de fatores que ampliariam as oportunidades de escolha das pessoas no seu cotidiano. O IDH agrupa três dimensões básicas (a) saúde - longevidade que representa as possibilidades de vida longa e saudável; (b) educação - acesso a conhecimentos; (c) renda; O pressuposto é que o importante são os usos que se faz da riqueza e a expansão das possibilidades de escolhas das pessoas</p>	<p>O nível de agregação não permite captar desigualdades de distribuições internas às unidades geográficas escolhidas; Tem que sofrer adaptações conceituais e metodológicas para aplicação em níveis territoriais menores, tais quais os municípios;</p>
ID ECULT	<p>O Indicador de desenvolvimento da economia da cultura mede o desenvolvimento da cultura através da padronização de informações sobre consumo cultural das famílias, mercado de trabalho cultural e sobre a presença de equipamentos culturais nos municípios brasileiros, como indicadores de demanda e oferta de bens culturais.</p>	<p>Limita-se aos aspectos quantificáveis da cultura e descarta processos não captados pelas estatísticas, como as práticas e manifestações ligadas ao campo do patrimônio imaterial, o mercado de obras de arte, fluxos comerciais para fora ou para dentro do país; Não capta as atividades culturais amadoras e não monetizadas; As bases de dados estatísticas não permitem a construção de conceito simétrico de cultura a partir da CBO, CNAE, POF e MUNIC.; O consumo dos municípios é construído por técnica estatísticas e modelagem econométrica.</p>

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

Elaboração do autor

Indicadores resultam, portanto, da adoção de conceitos, contexto teórico e metodologias adequadas. Têm limites e devem ser usados com referência aos contextos interpretativos dos quais emergem. Para mensurar o processo de desenvolvimento da cultura, são necessários indicadores e o Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura (IDECULT) é uma contribuição nesse sentido. Esse é um indicador sintético, que não deve funcionar de forma isolada, mas em diálogo com outros. As dificuldades para a construção do IDECULT são de diferentes naturezas e parte delas esta descrita no quadro 1. Conceitualmente se pode dizer que o principal limite do IDECULT é captar apenas valores do suporte material. Remetemos o leitor para a reflexão presente no livro *Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura*⁶. Aqui faremos um exercício diverso. Em primeiro lugar, assinalaremos indicadores de acesso a bens relacionados ao universo cultural e assinalaremos o problema da equidade em cada um deles. Então, começamos pelos bens de maior acesso, dado que relacionados com a revolução audiovisual e digital. Vamos para a descrição da dinâmica e da distribuição do mercado de trabalho e do consumo cultural e, depois, passamos a relacioná-los com indicadores variados, todos ligados à questão do desenvolvimento integral. São eles indicadores de trabalho na cultura, IDH e IDECULT.

3. Breve descrição do acesso a bens culturais

A internet é usada por um número cada vez maior de pessoas e oferece quase infinitas possibilidades de integração econômica, comunicacional e cultural. É caracterizada pela descentralização e pelas amplas possibilidades de realização de trocas horizontais. A internet estimulou novas utopias de democracia política e de democratização da informação e da cultura. Sem dúvida, ao lado das grandes redes privadas, a internet atrai pelo charme do seu potencial contra-hegemônico, libertário e radicalmente igualitário. Infelizmente, porém, a internet tem uma face pouco agradável, pois participa dos dinamismos técnico-econômicos e é tocada pelas contradições dos processos típicos do sistema capitalista. A potência libertária é maculada por uma estranha realidade, quais sejam, as suas conexões com atores hegemônicos e grupos economicamente poderosos. Bolaño chama atenção para esse paradoxo: “o aspecto mais interessante da internet é o seu caráter potencialmente democratizador da informação e promotor de uma comunicação horizontalizada, articuladora da sociedade civil, de forma mais independente e relativamente não transparente aos poderes do Estado e do capital”. Em seguida,

⁶ Barbosa da Silva, F. & Araújo, H.E. *Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura*, IPEA, Brasília, 2010.

“não devemos nos iludir com relação a esse potencial, pois assimetrias são estruturalmente constitutivas da rede, garantindo a existência de uma complexa hierarquia em que predominam aqueles (indivíduos e, sobretudo organizações) que detêm maior capital econômico e simbólico” (Bolaño et alii, 2006)⁷. Ainda há que se apontar que essas contradições deixam espaços para ações autônomas e para usos da tecnologia que se concentrem em projetos políticos e sociais alternativos⁸.

A tabela 1 divide a população em dois grupos de renda, isto é, entre os 1% mais ricos e os 50% com menor renda (mais pobres). Entre os mais ricos de 2002, 76% (ou 1 milhão e duzentas mil pessoas que moravam em domicílios com renda média de R\$ 6.411,55) possuíam microcomputador e 70,6% tinham acesso à internet. Esse número salta de 87,3% e 83% em 2008, respectivamente. Em termos absolutos, sem considerar efeitos de composição, o aumento de pessoas desse grupo e com acesso ao microcomputador doméstico e à internet aumentou em aproximadamente 326 mil pessoas. Já entre o grupo dos 50% mais pobres, ou seja, com renda domiciliar de R\$ 127,4 em 2002, 98,5% não tinham microcomputador em casa e 99,4% não tinham internet, o que corresponde a mais ou menos 83,6 milhões de pessoas. Enquanto em 2002, 1,5% tinha micro em casa e 0,6% tinha internet, em 2008, a cobertura aumentou para 12,3% e 6,8%, respectivamente. Os dados são eloquentes em relação ao aumento do acesso a celulares (apenas 16% dos 50% mais pobres possuíam celulares em 2002, percentual que sobe para 64,5% em 2008). Também acessível é o DVD, presente em 64,5% dos domicílios. Entre os 1% mais ricos, ambos os recursos são praticamente universalizados.

Tabela 1 -Inclusão Digital no Brasil por rendimento (1% mais e 50% mais pobres), 2002-2008. Percentual de pessoas com posse de microcomputadores e acesso à internet.

7 Bolaño, C. et alii *Economia política da internet*, Ed. UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, Sergipe, 2006.

8 Barbosa da Silva, F. *Cultura Viva e o Digital*, in Barbosa, F. Calabre, L. *Pontos de Cultura – Olhares sobre o Programa Cultura Viva*, IPEA, Brasília, 2011.

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

Categorias	2002		2008	
	Não tem	Tem	Não tem	Tem
1% mais ricos				
Microcomputador	23,98	76,02	12,11	87,89
N.º de pessoas	407.527	1.291.929	222.900	1.618.108
Renda Média	6.745,79	6.411,55	7.175,55	7.102,98
Internet	29,37	70,63	16,90	83,10
N.º de pessoas	499.159	1.200.297	311.192	1.529.816
Renda Média	6.632,64	6.432,64	7.108,94	7.111,98
Celular	9,22	90,78	2,84	97,16
N.º de pessoas	156.763	1.542.693	52.330	1.788.678
Renda Média	6.216,54	6.517,82	7.130,87	7.110,93
DVD	-	-	5,90	94,10
N.º de pessoas	-	-	108.689	1.732.319
Renda Média	-	-	6.956,54	7.120,75
50% mais pobres				
Microcomputador	98,48	1,52	87,71	12,29
N.º de pessoas	83.667.101	1.290.506	80.735.647	11.313.635
Renda Média	127,49	162,55	174,04	232,04
Internet	99,35	0,65	93,19	6,81
N.º de pessoas	84.405.344	552.263	85.780.298	6.268.984
Renda Média	127,81	159,82	176,90	238,31
Celular	83,96	16,04	31,73	68,27
N.º de pessoas	71.330.834	13.626.773	29.206.286	62.842.996
Renda Média	122,18	154,80	148,81	194,33
DVD	-	-	35,46	64,54
N.º de pessoas	-	-	32.640.976	59.408.306
Renda Média	-	-	160,18	191,88

Fonte: IBGE.

Dois pontos a assinalar. Em primeiro lugar, a expansão da cobertura é impressionante. Para acesso a micro esse número é de quase 10 milhões e, para internet de 5 milhões. Esses dados, por si, são ilustrativos do processo de expansão do acesso ao computador e da internet no Brasil. Depois, e igualmente relevantes são os números extremos, por um lado têm-se 80,7 milhões de excluídos do acesso a microcomputador e 85,7 milhões sem internet domiciliar. Não vamos nos alongar na descrição dos dados. A Tabela 2 apresenta dados similares, dessa vez apresentando-os para Brasil e as grandes regiões. A assimetria de cobertura entre as regiões mais ricas e as outras é evidente, especialmente para as tecnologias internalizadas e desenvolvidas mais recentemente. Deixamos ao leitor a tarefa de percorrer os dados das regiões para perceber o fato das iniquidades regionais, agora agregados aos dados anteriores que mostram as desigualdades de acesso pela renda.

TABELA 2 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes por existência de alguns bens duráveis e acesso à internet, Brasil e Grandes Regiões - 1992 a 2009

Região e Tipo de Bem Durável	1992		2001		2009	
	População	%	População	%	População	%
Brasil	145.156.094	100	170.681.542	100	191.478.573	100
Televisão	106.557.235	73,4	152.303.204	89,2	184.324.057	96,3
Telefone Convencional	25.419.539	17,5	85.658.231	50,2	81.071.518	42,3
Telefone Celular	-	-	52.850.186	31,0	155.189.333	81,0
Radio	123.368.703	85,0	150.698.368	88,3	168.725.332	88,1
Microcomputador	-	-	21.266.048	12,5	68.931.837	36,0
Acesso à Internet	-	-	14.183.596	8,3	53.879.246	28,1
Norte	6.571.257	4,5	9.801.961	5,7	15.530.229	8,1
Televisão	4.576.379	69,6	8.545.837	87,2	14.261.461	91,8
Telefone Convencional	1.111.922	16,9	4.378.647	44,7	3.569.785	23,0
Telefone Celular	-	-	2.548.264	26,0	11.475.045	73,9
Radio	4.627.044	70,4	7.418.632	75,7	11.860.032	76,4
Microcomputador	-	-	610.336	6,2	3.202.049	20,6
Acesso à Internet	-	-	359.930	3,7	2.018.248	13,0
Nordeste	42.910.882	29,6	48.989.746	28,7	53.929.729	28,2
Televisão	21.735.893	50,7	38.830.820	79,3	50.598.217	93,8
Telefone Convencional	3.885.640	9,1	14.907.548	30,4	12.015.427	22,3
Telefone Celular	-	-	8.789.645	17,9	37.565.474	69,7
Radio	31.794.372	74,1	40.111.137	81,9	44.498.251	82,5
Microcomputador	-	-	2.481.017	5,1	10.011.225	18,6
Acesso à Internet	-	-	1.655.695	3,4	7.709.879	14,3
Sudeste	63.622.028	43,8	74.155.170	43,5	80.353.729	42,0
Televisão	54.667.827	85,9	70.268.529	94,8	79.000.557	98,3
Telefone Convencional	14.542.621	22,9	46.733.417	63,0	46.805.692	58,2
Telefone Celular	-	-	27.455.659	37,0	69.071.996	86,0
Radio	58.098.761	91,3	68.870.803	92,9	74.433.590	92,6
Microcomputador	-	-	13.171.552	17,8	37.746.870	47,0
Acesso à Internet	-	-	8.989.880	12,1	30.345.531	37,8
Sul	22.379.042	15,4	25.689.404	15,1	27.732.087	14,5
Televisão	18.396.756	82,2	23.830.683	92,8	27.009.825	97,4
Telefone Convencional	4.018.633	18,0	13.406.448	52,2	13.147.563	47,4
Telefone Celular	-	-	9.821.746	38,2	24.499.707	88,3
Radio	20.750.566	92,7	24.105.108	93,8	26.033.639	93,9
Microcomputador	-	-	3.677.359	14,3	12.704.360	45,8
Acesso à Internet	-	-	2.265.312	8,8	9.671.414	34,9
Centro-Oeste	9.672.885	6,7	12.045.261	7,1	13.932.799	7,3
Televisão	7.180.380	74,2	10.827.335	89,9	13.453.997	96,6
Telefone Convencional	1.860.723	19,2	6.232.171	51,7	5.533.051	39,7
Telefone Celular	-	-	4.234.872	35,2	12.577.111	90,3
Radio	8.097.960	83,7	10.192.688	84,6	11.899.820	85,4
Microcomputador	-	-	1.325.784	11,0	5.267.333	37,8
Acesso à Internet	-	-	912.779	7,6	4.134.174	29,7

Fonte: IPEA.

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

4. Breve descrição da dinâmica do mercado de trabalho cultural⁹

O estudo do mercado de trabalho contém peculiaridades. Em primeiro lugar, há a dificuldade de tratar o trabalho como uma mercadoria como outra qualquer, sobretudo por sua natureza, que não permite uma redução simples às lógicas da oferta e da demanda, afinal trata-se de trabalho humano. Por outro lado, paradoxalmente, o mercado de trabalho é estudado e analisado como um espaço onde os indivíduos transacionam sua capacidade laboral a preços determinados. Por fim, falar e descrever o mercado de trabalho da cultura adiciona mais uma dificuldade, que é a dificuldade de reconhecer que as obras e atividades culturais têm uma dimensão profissional que é parcialmente redutível aos seus elementos econômicos, aspecto que é objeto de negação ideológica em parte do campo artístico. Não se pode perder de vista, no entanto, que a apreensão da dinâmica do mercado de trabalho cultural revela aspectos importantes dos dinamismos das atividades culturais, isto é, sua distribuição, sua participação de processos de desenvolvimento e geração de renda, a inclusão feminina e de negros etc., definindo assim a estrutura e o funcionamento deste mercado.

Antes, porém, de iniciar a análise do dinamismo do mercado cultural é necessário esclarecer sua constituição. O dimensionamento do mercado de trabalho das profissões culturais e do setor cultural não é tarefa trivial, dadas as dificuldades de sua definição e caracterização estatística. Na verdade, conceitua-se o mercado de trabalho cultural de duas formas: na primeira delas trata-se de profissões estritamente culturais e, no segundo, trata-se do setor cultural, considerado em conjunto com as atividades que lhe servem de suporte. Os dois conceitos, profissão e setorial, e as suas categorias componentes estão descritas no BOX 1. O comportamento da proteção ao trabalho ou da relação entre formalidade e informalidade no setor cultural terá na descrição desses dois conceitos, importantes desdobramentos. Na construção dos dois universos conceituais, manteve-se o cuidado com a comparabilidade com estudos de outros países e com as classificações utilizadas pela UNESCO.¹⁰ O dimensionamento dos mercados de trabalho cultural tem demonstrado o peso significativo da cultura na geração de empregos e na renda de parte importante da população brasileira.

BOX 1

COMPOSIÇÃO DAS PROFISSÕES E DO SETOR CULTURAL

COMPOSIÇÃO DOS OCUPADOS CULTURAIIS

1. ARQUITETOS
2. PUBLICIDADE

⁹ Ver Barbosa da Silva, F.A *Evolução do mercado de trabalho cultural: 2002-2008*, in Castro, J. A. & Vaz, F. M. *Situação Social Brasileira*, 229-244, IPEA, Brasília, 2011.

¹⁰ UNESCO- *The 2009 UNESCO Framework for cultural statistics - DRAFT*, December 2007.

- 2.1 PROFISSIONAIS DE MARKETING, PUBLICIDADE E COMERCIALIZAÇÃO.

- 3. DOCUMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PATRIMÔNIO.
 - 3.1 ARQUIVOLOGISTAS E MUSEÓLOGOS
 - 3.2 TÉCNICOS EM BIBLIOTECONOMIA
 - 3.3 TÉCNICOS EM MUSEOLOGIA
 - 3.4 ESCRITURÁRIOS DE SERVIÇOS DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
 - 3.5 ENCADERNADORES E RECUPERADORES DE LIVROS (PEQUENOS LOTES OU A UNIDADE)

- 4. PROFISSÕES LITERÁRIAS
 - 4.1 FILÓLOGOS, TRADUTORES E INTÉRPRETES.
 - 4.2 ESCRITORES E REDATORES
 - 4.3 PROFISSIONAIS DO JORNALISMO
 - 4.4 ESPECIALISTAS EM EDITORAÇÃO

- 5. PROFISSÕES DAS ARTES E ESPETÁCULOS
 - 5.1 PRODUTORES DE ESPETÁCULOS
 - 5.2 COREÓGRAFOS E BAILARINOS
 - 5.3 ATORES, DIRETORES DE ESPETÁCULOS E AFINS.
 - 5.4 COMPOSITORES, MÚSICOS E CANTORES.
 - 5.5 BAILARINOS DE DANÇAS POPULARES
 - 5.6 MÚSICOS E CANTORES POPULARES
 - 5.7 PALHAÇOS, ACROBATAS E AFINS.
 - 5.8 APRESENTADORES DE ESPETÁCULOS
 - 5.9 CINEGRAFISTAS
 - 5.10 TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE APARELHOS DE PROJEÇÃO

- 6. FOTÓGRAFOS

- 7. PROFISSIONAIS DAS ARTES PLÁSTICAS E DESIGNER
 - 7.1 DESENHISTAS INDUSTRIAIS (DESIGNER), ESCULTORES, PINTORES E AFINS.
 - 7.2 DECORADORES DE INTERIORES E CENÓGRAFOS
 - 7.3 DESENHISTAS TÉCNICOS E MODELISTAS
 - 7.4 TÉCNICOS EM ARTES GRÁFICAS

- 8. ARTE POPULAR E ARTESANATO
 - 8.1 JOALHEIROS E ARTESÃOS DE METAIS PRECIOSOS E SEMI-PRECIOSOS
 - 8.2 CERAMISTAS (PREPARAÇÃO E FABRICAÇÃO)
 - 8.3 VIDREIROS E CERAMISTAS (ACABAMENTO E DECORAÇÃO)
 - 8.4 TRABALHADORES ARTESANAIS DA TECELAGEM
 - 8.5 TRABALHADORES ARTESANAIS DA CONFECÇÃO DE ROUPAS

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

8.6 TRABALHADORES ARTESANAIS DA CONFECÇÃO DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COUROS E PELES

COMPOSIÇÃO DO SETOR CULTURAL

1. EDIÇÃO E LIVRARIA

1.1 EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES.

1.2 COMÉRCIO DE LIVROS, JORNAIS, REVISTAS E PAPELARIA.

2. COMUNICAÇÕES

2.1 TELECOMUNICAÇÕES

2.2 FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

2.3 FABRICAÇÃO DE APARELHOS, INSTRUMENTOS E MATERIAIS ÓPTICOS, FOTOGRÁFICOS E CINEMATOGRÁFICOS.

3. SISTEMAS RESTRITOS DE INFORMAÇÃO

3.1 ATIVIDADES DE INFORMÁTICA

3.2 MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO E DE INFORMÁTICA

4. ARQUITETURA

4.1 SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E DE ACESSORAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO

5. PUBLICIDADE

6. RÁDIO E TELEVISÃO

6.1 ATIVIDADES DE RÁDIO

6.2 ATIVIDADES DE TELEVISÃO

6.3 ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

7. OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E DE ESPETÁCULOS

7.1 OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E DE ESPETÁCULOS

7.2 PRODUÇÕES DE FILMES CINEMATOGRÁFICOS E FITAS DE VÍDEO

7.3 DISTRIBUIÇÃO E PROJEÇÃO DE FILMES E DE VÍDEOS

8. CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

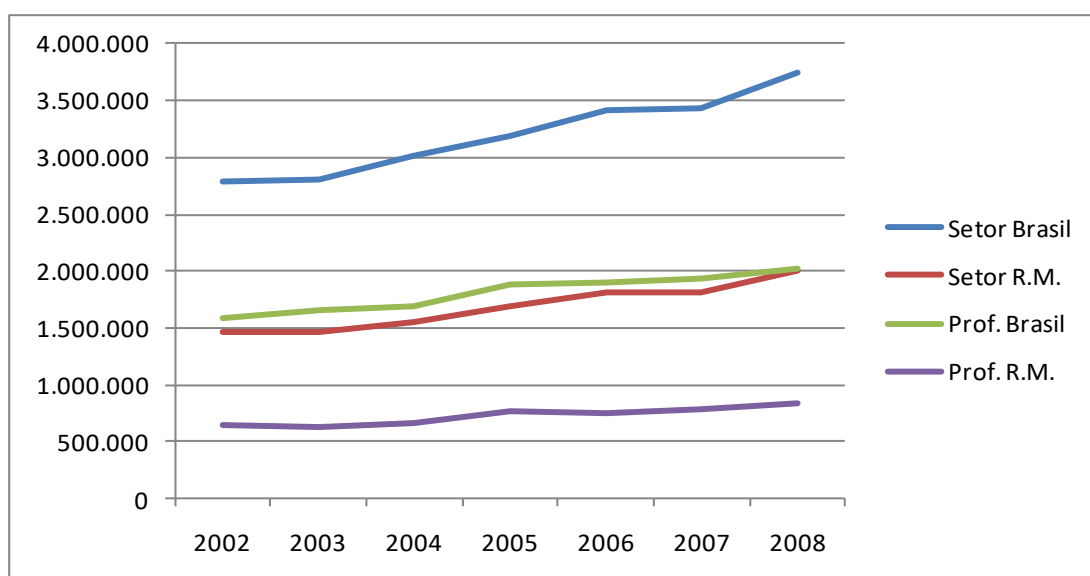
8.1 BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, MUSEUS E OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS.

9. ATIVIDADES DESPORTIVAS E OUTRAS RELACIONADAS AO LAZER

5.1 Comportamento do mercado de trabalho cultural

No Brasil, em 2008, a população em idade ativa (PIA) era de 189,9 milhões de pessoas. A população economicamente ativa era de 52% da População em Idade Ativa (PIA), ou aproximadamente 99,5 milhões de pessoas. Na PEA, 93% estavam ocupados e destes, 52% eram informais em 2008. Dentre as várias mudanças no mercado de trabalho nos anos 1990 foram a informalização ou desproteção legal do trabalho e o aumento nos níveis de desemprego fenômenos caracterizadores. Na década seguinte, o desemprego passou por um arrefecimento e o mercado de trabalho por gradual formalização. As atividades culturais têm contribuído de forma positiva no comportamento do mercado de trabalho brasileiro, como se pode ver no gráfico 1. Ali, estão desagregados o setor e as profissões para o Brasil como um todo e para as regiões metropolitanas. Em qualquer caso a tendência é de crescimento no período considerado.

Gráfico 1. Comportamento dos empregos culturais (profissões e setor) entre 2002-2008



Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

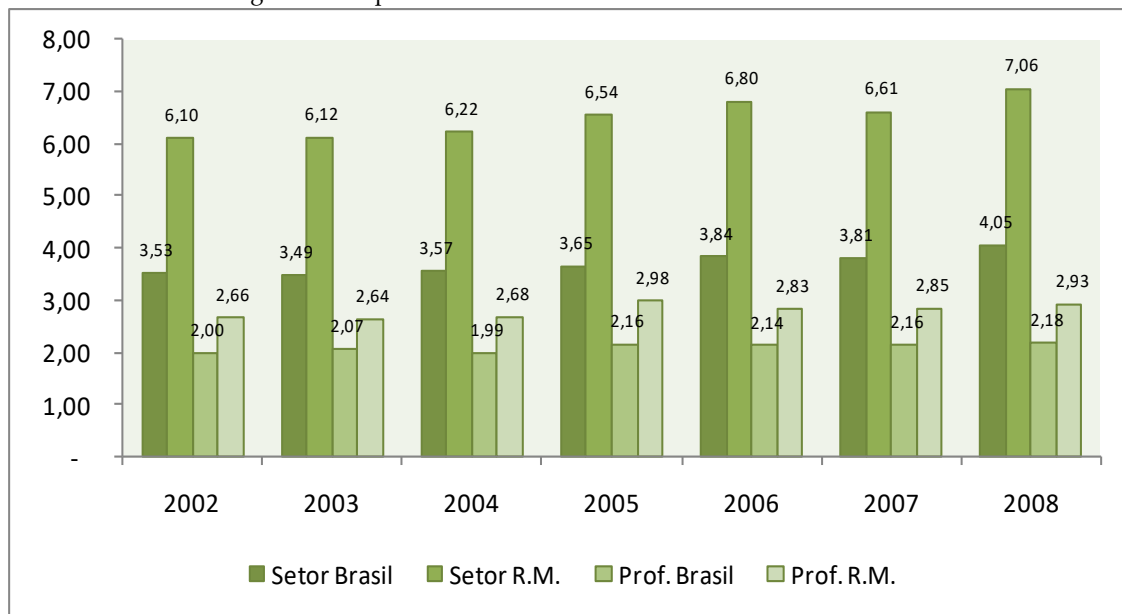
Elaboração: Disoc/Ipea

O gráfico 2 adiciona informações sobre a participação da cultura e sua evolução, entre 2002 e 2008, apontando maior participação da cultura em qualquer dos seus conceitos. Observe-se, entretanto, a importância do setor cultural, especialmente nas regiões metropolitanas: era de aproximadamente 6%, em 2002, e avançam durante a década até atingirem, em 2008, para o patamar de 7,6%. Pelo mesmo conceito de setor, o mercado de trabalho da cultura tinha participação de

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

3,5%, em 2002, e passa a 4% em 2008. Esses dados, por si mesmos, apresentam, de forma objetiva e clara, a importância econômica e social da cultura no período.

Gráfico 2. Participação dos empregos culturais (profissões e setor) no mercado de trabalho brasileiro e de suas regiões metropolitanas entre 2002-2008



Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: Disoc/Ipea

5.2 Profissões culturais

O primeiro ponto que merece destaque é a expansão do número de pessoas que exercem profissões culturais entre 2002 e 2008. Nesse conceito, a expansão foi de 1,5 milhão, em 2002 para 2 milhões de ocupações culturais, em 2008, o que significa uma variação líquida de 432,8 mil ocupações. Medido nesse critério, o mercado de trabalho cultural foi mais dinâmico que o geral, chegando a 2008 com uma variação positiva de 27% em contraste com 17%, do conjunto. A participação das ocupações culturais também aumentou de 2% em 2002, para 2,18% em 2008. A contribuição da cultura para a variação do mercado de trabalho no período foi 3,3%. A região Sudeste ainda é a mais dinâmica e concentradora de atividades culturais medidas, sendo que ali estavam 49,9% das profissões culturais do Brasil, em 2008. Em 2002, essa concentração era de 50,3%. A região também é responsável por 48,3% da variação do período, ou seja, 209 mil ocupações. Interessante notar que a participação das profissões da cultura na criação de empregos nas grandes regiões representou o mínimo de 0,96%, no Norte, ao máximo de 4,7%, na Região Nordeste. As regiões metropolitanas encontram na cultura um forte apoio na

geração de empregos. A participação da cultura nos empregos totais metropolitanos era de 2,6%, em 2002, e chegou a 2008 a mais de 2,9%. As regiões metropolitanas aumentaram sua participação nas profissões culturais em 2,3 p.p, mas sua contribuição na criação de ocupações/profissões culturais foi de 44,6%, ou seja, 193,4 mil ocupações. A participação da cultura na variação da geração de ocupações foi de 4,4%. Note-se que a variação, no período, foi maior do que a variação dos empregos em geral, com exceção para a região sul, que variou 16,13%.

As R.M. de São Paulo e Rio de Janeiro representavam, juntas, 23,3% das profissões culturais no Brasil em 2002, participação que caiu para 22,8%, em 2008. A R.M. São Paulo ainda tem grande presença e dinamismo em termos de geração absoluta de ocupações e da sua participação entre as regiões metropolitanas (34,7%), mas sua participação caiu em 7,2%, no período. Outras metropolitanas que reduzem a participação são Belém, Fortaleza, Curitiba e Porto Alegre. Chame-se a atenção para o crescimento das regiões metropolitanas de Salvador que mostrou dinamismo e cresceu 37% (da participação de 4,2% foi para 5,8%), o que representa um adicional de 21,7 mil pessoas; também Belo Horizonte aumenta a participação nas metropolitanas em 16% p.p (de 8,7% para 10,9%), o que representa 29 mil pessoas.

Tabela 3. Panorama Geral do Mercado de Trabalho Cultural. Profissões culturais, 2002-2008.

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

Brasil/Regiões/Gênero/Etnia	2002		2008		Variação Líquida	Variação %	% variação cultura / variação total	Participação na variação total da cultura
	Profissões	Participação	Profissões	Participação				
Brasil	1.585.398	2,00	2.018.237	2,18	432.839	27,30	3,30	100
Norte	67.985	163	93.973	137	25.988	38,23	0,96	6,00
Nordeste	370.878	170	497.691	2,03	126.813	34,19	4,72	29,30
Sudeste	797.544	2,35	1006.820	2,56	209.276	26,24	3,87	48,35
Sul	248.560	1,85	288.650	1,97	40.090	16,13	3,32	9,26
Centro-Oeste	100.431	1,73	131.103	1,90	30.672	30,54	2,78	7,09
Região Metropolitana	639.824	2,66	833.275	2,93	193.451	30,24	4,46	44,69
Belém	17.790	2,36	19.673	2,04	1.883	10,58	0,89	0,44
Fortaleza	37.122	2,89	42.723	2,62	5.601	15,09	1,63	1,29
Recife	26.089	1,90	37.733	2,46	11.644	44,63	7,19	2,69
Salvador	27.407	1,96	49.192	2,75	21.785	79,49	5,63	5,03
Belo Horizonte	55.863	2,64	84.922	3,27	29.059	52,02	6,11	6,71
Rio de Janeiro	131.085	2,85	172.464	3,29	41.379	31,57	6,58	9,56
São Paulo	239.275	2,88	289.221	2,98	49.946	20,87	3,56	11,54
Curitiba	33.280	2,36	40.032	2,36	6.752	20,29	2,33	1,56
Porto Alegre	52.150	2,84	61.333	3,03	9.183	17,61	4,96	2,12
Distrito Federal	19.763	2,07	35.982	2,98	16.219	82,07	6,40	3,75
Sexo								-
Masculino	735.309	1,58	883.028	1,66	147.719	20,09	2,23	34,13
Feminino	850.089	2,60	1.135.209	2,90	285.120	33,54	4,40	65,87
Raça ou Cor								-
Branca	1.028.493	2,40	1.186.201	2,61	157.708	15,33	6,13	36,44
Negra	543.539	1,52	808.114	1,75	264.575	48,68	2,59	61,13

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: Disoc/Ipea.

¹ Raça negra é composta de pretos e pardos. ²A partir de 2004 a Pnad passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que se refere à participação por gênero no mercado de trabalho, deve-se constatar que as mulheres constituem o maior contingente das profissões culturais e ampliaram essa participação entre 2002 e 2008. Eram 53%, em 2002, e passam a 56%, em 2008. As mulheres ocuparam 65% dos postos de trabalho criados, o que implica dizer que ocorre uma feminização das profissões culturais. Sua participação era de 2,6% e passou a 2,9% das profissões culturais. Quanto à participação dos negros, deve-se dizer que essa aumentou nas profissões culturais. Era de 34%, em 2002, e passou a 40%, em 2008. Esse movimento é auspicioso e provavelmente decorre das campanhas contra a discriminação racial, nos últimos anos, e das políticas de cotas para a valorização dos grupos raciais. No entanto, não

há nenhuma política específica e contundente contra a discriminação racial e de valorização no campo do mercado de trabalho cultural.

5.3 Setor cultural

No que se refere ao segundo critério, o de setor, onde se encontram os trabalhos especificamente culturais e outros que lhe servem de apoio no dinamismo próprio à cultura, também se apresentaram surpresas, no período. O setor cultural obteve variação positiva de quase 1 milhão de empregos (mais exatamente 948 mil), o que significa um avanço na participação de 3,5% para 4%. A participação na geração de ocupações foi de 7,2%, sendo bastante importante no Sul, com participação na variação de 9,5% e no Sudeste, com 9,2%. O aumento de ocupações por esse conceito foi de 33,9%. Em algumas das regiões, essa variação foi superior a 40%. A Região Sudeste foi responsável por 52,9% da variação absoluta de ocupações. Destaque-se também o dinamismo do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas, onde o setor representava 6% das ocupações em 2002 (1,4 mil ocupações) e chega em 2008 a uma participação de 7% (número próximo a 2 milhões). O número de ocupações geradas no período foi de 536 mil. O setor cresceu em 36,59% nas RM durante o período.

A participação do setor na geração de empregos, no período, foi 12,3%. Seu poder de geração de postos é importante para a R.M Rio de Janeiro, onde a cultura é responsável por 21,3% da variação, com RM Recife e RMBH, com participação na variação do período próximo a 14%, e R.M São Paulo, com 13,56%. As regiões metropolitanas em conjunto responderam por 56,6% e a RM São Paulo por 20% da variação positiva das ocupações culturais. Em 2008, o setor representou 8,4% do mercado de trabalho RM São Paulo (quando era de 7,5% em 2002) e 7,7% na RM Rio de Janeiro (5,9% em 2002). Na RM Rio de Janeiro representou 21,3% da variação de empregos no período, na RM Recife e BH essa participação foi próxima a 14%, na metropolitana de SP foi de 11,4%.

Na questão de gênero, ao contrário das profissões culturais onde a participação feminina é maior, constata-se, aqui, maior presença masculina. A participação do mercado de trabalho cultural masculino, no total, era 4,45%, em 2008, e a das mulheres, de 3,52%. A variação na participação tem maior presença masculina, de 8,59%, contra 5,85% das mulheres, o que significa maior presença dos homens na geração de ocupações (60%). A mesma tendência à discriminação se verifica quando a variável estudada é a etnia ou raça. A participação dos negros no setor cultural era de 2,37% e aumentou para 3,7%, mas a contribuição dos negros na variação do período foi de 5,5%, enquanto a de brancos foi de 14%. No entanto, se tomarmos apenas a contribuição das ocupações exercidas por negros na cultura, verifica-se que foi responsável por 59,6% da geração de empregos. Dessa forma, o setor cultural é mais permeável à participação desses grupos.

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

Com respeito à distribuição dos segmentos que mais contribuem para as ocupações culturais, a comparação entre 2002 e 2008 revela que as ocupações relacionadas às artes populares e ao artesanato corresponderam a 33% das ocupações culturais, embora tenham declinado para 26%, em 2008, em termos relativos. Os profissionais das “artes plásticas e designer” saltaram em termos de participação de 29,6% para 37%. Em seguida vêm as ocupações relacionadas às artes e espetáculos, que manteve a participação percentual, mas que teve uma variação percentual positiva de 30% no período.

5.3.1 Profissões culturais

As profissões culturais são compostas por 8 segmentos e tiveram, no período, aumento de 27,3%, gerando 432,8 mil ocupações. Era compostos, em 2008, por 65% de profissionais das artes plásticas e designer, seguido por 13,3% das profissões das artes e espetáculos e 12,4% de documentação, conservação e patrimônio. A Tabela 5 apresenta também as rendas médias de cada um daqueles segmentos, tanto das ocupações estritamente culturais, quanto do setor cultural como um todo.

Tabela 5. Composição e rendimento médio do Mercado de Trabalho Cultural, 2002-2008, por segmentos (Profissões culturais)

Categorias	2002		2008		Variação Líquida ocup_	Variação da ocup_	Variação da Renda
	N.º de pessoas	Renda média	N.º de pessoas	Renda média			
Empregos Culturais	1.585.398	1.004	2.018.237	1.027	432.839	27,3	2,25
Arquitetos	71297	3.100	92.714	2.641	21417	30,0	(14,81)
Publicidade	90.464	2.201	95.661	2.161	5.197	5,7	(178)
Documentação, Conservação e Patrimônio	102.657	820	156.491	877	53.834	52,4	7,01
Profissões literárias	94.746	2.472	99.170	2.377	4.424	4,7	(3,88)
Profissões das artes e espetáculos	191.363	1.376	248.917	1.293	57.554	30,1	(6,08)
Fotógrafo	41.303	1.210	47.633	1.370	6.330	15,3	13,16
Profissionais das artes plásticas e designer	469.037	859	751.709	924	282.672	60,3	7,54
Arte popular e artesanato	524.531	284	525.942	342	1411	0,3	20,29

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE). Elaboração: Disco/Ipea

A renda média das ocupações culturais é invariavelmente superior à média das demais ocupações no mercado de trabalho. Todavia a análise interna da renda dos segmentos culturais mostra uma grande variabilidade. Por exemplo, os

arquitetos tinham uma renda média de R\$ 3.100, enquanto as ocupações das artes e artesanato eram de R\$ 284. Em geral, a renda média das ocupações variou negativamente, com algumas poucas exceções para o período, como os fotógrafos, profissionais das artes plásticas e designer e também as artes populares, com apresentado na Tabela 3. O declínio do rendimento médio segue as tendências apontadas em outros estudos para o mercado de trabalho, em geral. Apenas enfatize-se, pela importância do artesanato para as culturas populares tradicionais, o aumento de 20% para o rendimento médio desse segmento, mesmo que ele seja ainda o menor das profissões culturais.

5.3.2 Setor cultural

O setor cultural é composto por 9 segmentos construídos, como já se viu, de forma a serem comparáveis com estudos de outros países. Ele é composto, em termos quantitativos (2008), pelos segmentos “sistemas restritos de informação”, com participação de 34,6%, comunicações (17,7%), seguido por “outras atividades de espetáculos” com 9%, publicidade (8,7%) e edição e livraria (8,6%), entre os principais. Portanto, as atividades ligadas às novas mídias, comunicações e informações despontam como nichos dinâmicos do setor cultural. Ao examinar a evolução do setor, entre 2002 e 2008, chama a atenção seu dinamismo e capacidade de gerar emprego, sendo que a variação do período foi de 33,9%. Sua variação foi maior do que a variação das ocupações gerais (27,3%). Como já vimos, essa variação correspondeu a um aumento de quase 1 milhão de ocupações. Os segmentos “sistemas restritos” e “comunicações” foram responsáveis por 52% da variação na ocupação, sendo que o crescimento do primeiro segmento foi de 112%. A tabela apresenta a variação de todos os segmentos.

Tabela 6. Composição e rendimento médio do Mercado de Trabalho Cultural, 2002-2008, por segmentos (Setor cultural).

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

Categorias	2002		2008		Variação Líquida ocup_	Variação da ocup_	Variação da Renda
	N.º de pessoas	Renda média	N.º de pessoas	Renda média			
Setor cultural	2.795.491	1.521	3.743.521	1.467	948.030	33,9	(3,54)
Edição e Livraria	598.250	1351	679.693	1.54	81.443	13,6	(14,60)
Comunicações	403.119	1.678	570.777	1.219	167.658	41,6	(27,37)
Sistemas restritos de informações	292.096	2.210	620.192	1.759	328.096	112,3	(20,37)
Arquitetura	250.536	2.675	318.549	2.933	68.013	27,1	9,67
Publicidade	222.729	1.562	304.772	1.620	82.043	36,8	3,76
Rádio e televisão	126.224	1.994	167.935	1.484	41.711	33,0	(25,58)
Outras atividades artísticas e de espetáculos	45.583	1.082	501.074	1.228	85.491	20,6	13,52
Conservação do Patrimônio	28.489	965	49.123	1.042	20.634	72,4	7,95
Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer	458.465	820	531.406	1.115	72.941	15,9	35,96

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: Disoc/Ipea

Em termos de destaque, pode-se apontar dois segmentos, pois sobre eles pesam, nas políticas de financiamento, incentivo e promoção por parte do setor público. São eles “conservação do patrimônio” que teve variação líquida de 20,6 mil ocupações, uma variação de 72,4%, seguida por aumento da renda média de 7,95% e artes e espetáculos, com variação de 85,4 mil ocupações, passando a significar mais de meio milhão de ocupações, numa variação de 20,6% e aumento da renda em 13,5%. Assinale-se outro segmento, o de “edição e livraria”. Esse tem participação forte do setor público e se constitui a passos lentos, aparentemente consistentes em parte de uma política nacional e abrangente. O segmento teve no período uma variação líquida de 81,4, chegando ao patamar de 679,6 mil postos de trabalho, em 2008. No que se refere aos rendimentos médios, deve-se ressaltar que são ligeiramente maiores que o das profissões culturais (R\$ 1.467) e declinaram 3,54%, no período. Quatro segmentos seguiram essa tendência, enquanto 5 deles tiveram a média aumentada, no período. Nesse último caso destaquem-se as atividades desportivas e lazer, com aumento de 35,9%.

5.3.3 Informalidade

Um dos traços mais marcantes do mercado de trabalho brasileiro é a informalidade. O conceito de informalidade é complexo e, na prática, é definido em função das formas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho. A informalidade será aqui definida como constituída pelo assalariamento de trabalhadores sem carteira e o trabalho por conta própria, em razão de que essas

formas de inserção não garantem proteções e direitos previstos nem na CLT nem no RJU. Em geral, mesmo com a presença de controvérsias conceituais, os trabalhadores “sem carteira” e “conta própria” estão associados à informalidade e à desproteção. Na tabela 5A são apresentados os quantitativos da informalidade no mercado cultural por profissão e setor e suas variações entre os anos extremos, 2002 e 2008. A variação da informalidade na cultura foi de 24,1% para as profissões, o que significou 293,2 mil postos e de 25,4% para o setor, com 368,6 mil ocupações. A contribuição da informalidade na variação do período foi de 67,7%, nas profissões e 38,8%, no setor cultural. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a informalidade alcançou o patamar de 50%. Alguns estudos mostram otimismo com o recuo da informalidade durante a primeira década dos anos 2000. A tabela 7 confirma esse prognóstico, com o declínio da informalidade no mercado geral de 51%, em 2002, para 45,58%, em 2008.

Tabela 7. Informalidade no Mercado de Trabalho Cultural, 2002-2008, Profissão e Setor cultural

Informalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Profissões Culturais	76,66	79,25	75,67	77,89	77,21	74,21	74,75
Setor Cultural	51,78	50,58	50,65	48,65	50,19	48,87	48,51
Geral	51,04	50,17	49,99	49,05	48,01	47,09	45,58

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: Disoc/Ipea

Esse declínio também aconteceu nas profissões e no setor cultural, de forma mais suave e a partir de patamares muito superiores. As profissões culturais saem de uma informalidade que ultrapassa 76%, em 2002, atingem 79,2, em 2003, e declinam não sem oscilações e suavemente até 74,75% em 2008. As ocupações medidas pelo setor cultural mostram-se mais “estruturadas” ou pelo menos mais homogêneas em relação ao restante do mercado de trabalho: a informalidade era de 51%, em 2002, e declina para 48,5%, em 2008.

6. Breve descrição do comportamento de consumo de bens culturais

A percepção da cultura como parte do conjunto de recursos relacionados com o desenvolvimento social permite impulsioná-la para o centro do debate político. O tema do desenvolvimento envolve inúmeras dimensões, como renda, educação, saúde e outras capacidades relacionadas ao contexto e à qualidade de vida que permitiriam que as pessoas tivessem possibilidade de escolher como

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

querem viver, dados os recursos globais que as sociedades lhes oferecem. Portanto, entre essas capacidades - ou recursos - a cultura vai ganhando certa visibilidade como dimensão constitutiva. Assim, o reconhecimento da cultura como um dos elementos do desenvolvimento social se impõe gradualmente. As ambiguidades e imprecisões dos conceitos de cultura utilizados na reflexão analítica, na pesquisa empírica e na elaboração da ação pública decorrem da história e dos interesses sociais construídos em torno de processos singulares de institucionalização das políticas culturais. Todavia, é razoável imaginar que a cultura é parte das instituições básicas da sociedade e que dela decorrem concepções que contribuem para conformar o que se considera uma vida digna de ser vivida. Relaciona-se com os bens sociais primários, ou, em categorias amplas, direitos, liberdades e oportunidades, assim como renda e riqueza. Outro bem primário importante relacionado à cultura é o senso do próprio valor.

Também parece razoável dizer que a delimitação e reflexão sobre o que seja uma vida digna implica possibilidade de contrastar nossas concepções com outras. Ou seja, que as crenças de uma dada comunidade de cultura sejam enriquecidas com significados e exemplos sobre como outros viveram e vivem em conjuntos de crenças e escolhas diferentes das suas. Enfim, a cultura como recurso e como parte das instituições básicas tanto implica ideia de que ela constitui as escolhas sobre o que se deseja quanto o reconhecimento de pluralidades e diversidades. No entanto, um dos aspectos importantes nessa caracterização é a elaboração de medidas ou indicadores que permitam mensurar a cultura na sua dimensão de cidadania. Ora, se o conceito de cidadania implica na capacidade de apropriação de bens e valores, impõe-se dimensionar o acesso a bens culturais como dimensão da construção dessa mesma cidadania. Nesse sentido as medidas de consumo cultural oferecem bons elementos aproximativos a respeito da democratização e da participação da cultura como dimensão de enriquecimento da vida das pessoas e a respeito da maturação do acesso aos direitos de cidadania.

Os resultados são simples, embora suas implicações, em termos de alocação de recursos e das estratégias de ampliação de acesso e democratização, sejam mais difíceis de serem formuladas. A Tabela 2 apresenta indicadores de desigualdade (o índice de Gini) da renda familiar per capita e dos coeficientes de concentração dos gastos familiares per capita do consumo e dos gastos culturais. Mostra que o Gini da Renda de 0,59 e o coeficiente de concentração das despesas em consumo – 0,58 – são bem superiores ao das despesas de consumo – 0,47. No que diz respeito à concentração dos gastos com os agregados de bens e serviços culturais verificam-se, grosso modo, três comportamentos. Há aqueles gastos cuja concentração é muito semelhante ao do conjunto dos bens culturais, quais sejam: audiovisual e outras saídas, com esse último agregado mostrando-se menos concentrado que as despesas culturais. Os dispêndios com a indústria fonográfica são bem menos concentrados de que os gastos culturais em geral, sendo eles, inclusive, mais bem

distribuídos que os gastos de consumo, em geral. E, por fim, há os gastos mais concentrados, que são, em ordem crescente, os com leitura, com espetáculos e com microinformática.

Tabela 8 - Valor mensal familiar per capita e coeficiente de concentração da renda, das despesas em consumo e dos gastos culturais – Brasil 2002/03

Variável	Valor mensal familiar per capita	Coeficiente de concentração	Participação (%)
Renda	501,48	0,593	100
Despesas de consumo	405,38	0,468	81%
Gastos em cultura	15,19	0,575	4%
Audiovisuais	6,26	0,573	41%
Espetáculos	1,02	0,631	7%
Ind. de leitura	2,21	0,398	15%
Leitura	2,37	0,627	16%
Informática	2,22	0,691	15%
Outras	1,10	0,550	7%

Fonte: POF 2003-03, microdados.

O acesso a bens culturais através do consumo é concentrado nas famílias de alta renda o que, por aproximação, corresponde às famílias de maior escolaridade. Os domicílios de renda mais alta concentram os dispêndios culturais, mas cada segmento cultural tem comportamento diferencial quanto aos dispêndios das famílias. A renda exerce importante efeito no consumo cultural, com os domicílios de renda mais alta concentrando a maior parte dos dispêndios culturais. Todavia, observa-se que tal concentração tem diferenças a depender do item cultural que se considera. Efetivamente, os 40% mais pobres respondem por tão somente 10% da renda e do dispêndio cultural, sendo, no entanto, responsáveis por cerca de 15% das despesas de consumo. Por outro lado, os 10% mais ricos despedem 40% dos gastos em cultura e se apropriam de parcela semelhante da renda, ainda que, no que concerne aos dispêndios de consumo, respondam por 30%.

As despesas de consumo são menos concentradas do que a renda, dado que o orçamento das famílias pobres se concentra quase que exclusivamente nas despesas de consumo, sendo marginais os outros gastos (ativos e pagamento de impostos). O mais importante aqui, no entanto, é que os gastos em consumo cultural têm um grau de concentração semelhante ao da renda. É necessário lembrar, em primeiro lugar, que era de 3% do gasto total das famílias brasileiras com cultura, em 2002/2003, e vai para 4,5%, em 2008/2009. Entretanto, também é importante assinalar que as distribuições do consumo cultura seguem os processos econômico-sociais mais globais e suas qualidades, como se pode depreender da Tabela 9.

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

Tabela 9. Participação dos itens de cultura no gasto total, segundo categorias selecionadas - POF 2008-2009

Categorias	Consumo Cultural (R\$)	Participação no consumo total	Participação no consumo cultural brasileiro
Brasil	44.474.690.247	4,52	100
Norte	2.312.838.297	4,41	5,3
Nordeste	7.544.494.787	4,51	17,0
Sudeste	24.632.682.204	4,83	51,8
Sul	7.195.220.190	3,97	18,4
Centro-Oeste	2.789.454.769	3,77	7,5
Regiões Metropolitanas	18.608.669.620	5,05	37,4
Belém	401.121.236	5,11	0,8
Fortaleza	539.101.585	4,66	1,2
Recife	791.429.569	5,44	1,5
Salvador	1.167.117.590	5,26	2,3
Belo Horizonte	1.988.104.353	4,98	4,0
RM do Rio de Janeiro	4.922.818.705	5,88	8,5
São Paulo	6.695.547.923	4,72	14,4
Curitiba	663.748.013	3,26	2,1
Porto Alegre	1.439.680.647	5,38	2,7
Renda (Em R\$)			
até 100	53.214.201	5,91	0,1
100--- 300	222.728.052	3,74	0,6
300--- 600	1.082.640.625	3,68	3,0
600--- 900	1.860.169.498	3,68	5,1
900--- 1200	2.235.316.585	3,57	6,4
1200--- 1500	2.235.692.874	3,66	6,2
mais de 1500	36.784.928.411	4,75	78,6

Fonte:IBGE/POF: 2008-2009

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC

A região Sudeste representa 51% do consumo cultural brasileiro. A participação percentual do consumo cultural no conjunto dos consumos é maior nas regiões metropolitanas, participação que chega a 5%, no conjunto, e 5,5%, do Rio de Janeiro. Nos montantes totais, as regiões metropolitanas representam 37% do consumo cultural, com 14,4% para São Paulo e É interessante constatar que o

maior peso do consumo das famílias se dá naquelas de renda menor do que R\$ 100 e é menor do que a média do Brasil nos estratos superiores de renda. Entretanto, o estrato de renda maior do que R\$ 1.500 responde a 78,6% do consumo cultural. Essa descrição do consumo cultural corresponde às nossas intuições e ao senso comum. O que se deve registrar, no entanto, é a importância do consumo cultural proporcional em qualquer recorte escolhido. Outro elemento importante a destacar é a hipótese de conexão geral entre processos globais de desenvolvimento e alguns dos agregados mais importantes. Já havíamos visto o acesso a bens duráveis relacionados à cultura, passamos pelos dinamismos dos mercados de trabalho cultural e terminamos aqui nos consumos.

7. Considerações finais

A motivação original desse trabalho era a de estabelecer um diálogo com o pensamento de Celso Furtado no que se refere às relações entre cultura e desenvolvimento. Ao mesmo tempo objetivava ilustrar empiricamente algumas das relações e dimensões dos conceitos abstratos utilizados por aquele autor. Como se sabe, o conceito de cultura utilizado por Furtado é demasiado genérico. Seu pensamento econômico, por sua vez, partilha um olhar sobre as economias nacionais (desenvolvidas e subdesenvolvidas) que pressupõem certas relações de proporção entre agregados econômicos, quais sejam, investimento, consumo, trabalho, relações de comércio internacional e tecnologia que desenham um quadro dificilmente operacionalizável para uma análise concreta da economia da cultura. Certamente, postular teses e relações gerais para a economia cultural é uma possibilidade, mas não se faria justiça nem a um pensamento nuançado em termo das análises econômicas do desenvolvimento e nem das necessidades para uma reflexão autônoma sobre os dinamismos da economia da cultura. Seja como for, as análises econômicas de Furtado têm forte conteúdo normativo e um quadro de referência de onde se derivam hipóteses gerais para o estabelecimento de políticas culturais. Pode-se falar de desenvolvimento sustentável da cultural nacional e da necessidade de que a cultura gere e potencialize as forças dinâmicas de combate à exclusão e às desigualdades. Entretanto, em que pesem essas considerações, traços do projeto inicial ficaram, embora certamente demandem novos e mais profundos desenvolvimentos.

O PIB da Cultura é composto dos mesmos elementos apreciados por Furtado. Esse trabalho construiu empiricamente as dinâmicas e relações entre mercado de trabalho cultural e mercado de trabalho geral, consumo cultural e geral, apresentou as desigualdades de acesso a bens de alto valor agregado (audiovisual, especialmente) e mostrou a insuficiência ou, pelo menos, as desigualdades dos mercados locais e territoriais e as dificuldades para integrar todas as populações na dinâmica de produção cultural. Se algo de Celso Furtado

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

ficou, ainda que de forma pouco aprofundada, é a ideia da existência das insuficiências dinâmicas dos mercados nacionais para a integração sistêmica das populações e territórios nos benefícios do desenvolvimento. As heterogeneidades estruturais, provavelmente, seriam uma tese a ser considerada para explicar a presença de dinamismos locais sem a disseminação dos seus benefícios para o conjunto da população. O mais importante conceitualmente é que o desenvolvimento guarda muitas heterogeneidades como fenômeno concreto.

Não se tratou aqui, entretanto, da construção do PIB Cultural, mas de uma visão estilizada de alguns de seus componentes, tomados de forma estática ou, pelo menos, não estrutural. Para suprir alguns dos limites postulamos, então, a possibilidade de elaboração de indicadores referidos ao conceito abstrato de desenvolvimento e de desenvolvimento da economia da cultura. Esses indicadores permitem uma reflexão de conjunto a respeito de como se distribuem territorialmente os dinamismos do desenvolvimento. O IDH é composto por três indicadores (um econômico e dois sociais) e o IDECULT municipaliza indicadores de dinâmica de mercados de trabalho cultural e de consumo das famílias. Embora as reflexões mais gerais continuem valendo, a atuação política no território envolve o conhecimento mais aprofundado das composições estruturais e das relações sociais e culturais concretas que desafiam à realização do desenvolvimento e da cultura como parte dos direitos humanos.

7. Referências

- ALVAREZ, V. C. Diversidade cultural e livre-comércio: antagonismo ou oportunidade. Brasília: Unesco IRBr, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico do desenvolvimento econômico. Disponível In: <http://files.desenvolvimentoeconomicoufv.webnode.com.br/200000010->
- BARBOSA DA SILVA, F. A; ARAÚJO, H (coordenadores) Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura, IPEA, Brasília, 2010.
- BARBOSA DA SILVA, F. A; ARAÚJO, H; SILVEIRA, F.G. SOUZA. A.L CULTURA, Consumo e direitos, apresentação FUNDAJ, Recife, sem referências
- BARBOSA DA SILVA, F. A; ARAÚJO, H; Midlej, S. A Constituição e democracia cultural. Políticas Sociais: acompanhamento e análise – vinte anos da Constituição Federal. Brasília, 2009. v. 2, n. 17.
- BARBOSA DA SILVA, F. Concentração de cultura - Os gastos em consumo cultural no país possuem um grau de concentração semelhante ao da renda, in Mural Pesquisa, FGV-Executivo, vol.7 nº2 mar/abr 2008.

- _____. Evolução do mercado de trabalho cultural: 2002-2008, in Castro, J. A. & Vaz, F. M. Situação Social Brasileira, 229-244, IPEA, Brasília, 2011.
- _____. Emprego formal no setor cultural: 1994 a 2002. Brasília: Ipea, 2007 (Texto para Discussão, n. 1276).
- _____. Cultura Viva e o Digital, in Barbosa, F. Calabre, L. Pontos de Cultura – Olhares sobre o Programa Cultura Viva, IPEA, Brasília, 2011
- _____. Imagens na Pedra: políticas culturais no Brasil, Tese de Doutorado, SOL/UnB, Brasília, 2000
- BARROS, J. M. (Org.). Diversidade cultural: da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BOLAÑO, C. *et alii* Economia política da internet, Ed. UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, Sergipe, 2006
- BOTELHO, I. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública, espaço e debates. Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo, n. 43/44, [s.d.].
- BOURDIEU, P. La Distinction-Critique sociale du jugement. Paris: Edition de Minuit, 1979.
- CALABRE, L. A problemática do desenvolvimento dentro do campo de construção de políticas culturais. In: Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações. 2011-2014. Brasília. Ministério da Cultura, 2011.
- _____.
DE LA DIVERSITÉ culturell au dialogue interculturel. Culture & Recherche. Hiver, 2007-2008. Disponível em: <<http://www.culture.gouv.fr>>.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Economia da cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil. Brasília, IPC/Secretaria de apoio à Produção Cultural. MINC, 1988.
- FURTADO, C. Discurso de 04/06/1986. In: MINC. Lei Sarney: regulamento, benefícios fiscais na área da cultura. Brasília. 1988-A.
- _____. Os desafios da nova geração. In: Revista de Economia Política, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004. pp. 483-486 Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/96-1.pdf>
- _____. Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura, Ed. CONTRAPONTO/ Centro Internacional Celso Furtado de Pesquisas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 2012.
- HAQ, M. The Birth of the Human Development Index. In: FUKUDA-PARR, S; KUMAR, A. K. S. (Org.). Readings in Human Development: Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm. Oxford: Oxford University Press, 2003. pp. 103-113.
- HERMET, G. Culture et développement, Presses de Sciences PO, 2000.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil. Campinas: Alínea, 2001.

Desenvolvimento e cultura – linhas gerais para um mapeamento conceitual e empírico.

- MATTELART, A. Diversidade cultural e globalização. São Paulo: Editorial Parábola, 2005.130
- MORAES, G.; PETERS, D. Diversidade cultural e a convenção da Unesco. São Paulo: Fundação Ford, CBDC, 2006.
- ORTIZ, R. Cultura e Desenvolvimento. In: Políticas Culturais em Revista, 1(1), p. 122-128, 2008 – www.politicasculturaisemrevista.ufba.br
- PERROUX, F. A filosofia do novo desenvolvimento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- RAWLS, J., Uma Teoria da Justiça, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2002.
- RAMOS, L. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Brasília: Ipea, 2007 (Texto para Discussão, nº 1255).
- REIS, E. J. et al. O PIB dos municípios brasileiros: metodologia e estimativas – 1970-1996. Rio de Janeiro: Ipea, jan. 2005 (Texto para Discussão, n. 1064).
- RODRIGUEZ, O. O estruturalismo Latino-americano, Ed. Civilização Brasileira-CEPAL, RJ, 2009.
- _____. Desenvolvimento e cultura – a perspectiva de Celso Furtado, in O estruturalismo Latino-americano, Ed. Civilização Brasileira - CEPAL, RJ, 2009.